

culturais, parece ter tomado a si o encargo de destruir aquele patrimônio.

Fô-se um caso isolado e eu não o trataria ao conhecimento da Nação. Recentemente, porém, foi atrido a Brasília e convidado para a Universidade da Capital o Professor Agostinho Batista da Silva, da Cadeira de Literatura Portuguesa. Meses depois, o mesmo ocorreu com o Professor Eudoro de Sousa, da Cadeira de Língua Grega. Com propostas tentadoras, são todos eles trazidos para o estabelecimento de ensinos nesta Capital. Agora, Senhor Presidente, o Professor João Evangelista, de História Moderna e Contemporânea, convidado primeiramente pelo seu ex-colega Eudoro de Souza e, depois, oficialmente, pela direção da Universidade de Brasília.

As condições de existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina estão, assim, comprometidas, graças a ações perniciosas do ex-Ministro da Educação, O Diretor da Faculdade de Filosofia, o historiador Osvaldo Cabral, apresentando seu pedido de demissão do cargo, isto dá-se verdadeiro esbulho que se sofrendo a Faculdade de Filosofia do meu Estado.

Aqui estou, Senhor Presidente, nesta tribuna parlamentar, para, no mais veemente protesto, fazer ouvir as vozes dos corpos docente e discente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. ABEL RAFAEL:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 14 de dezembro último, uma tromba d'água destruiu a ponte sobre o Rio da Prata, na estrada Brasília-Belo Horizonte. Depois de muitas peripécias, foi restabelecido o tráfego com uma ponte provisória, montada pelo Exército, e um desvio para caminhos de carga. Mas, Senhor Presidente, com as chuvas constantes, aquela ponte estava quase sempre impedida. E outro caminho natural de Brasília para São Paulo ou Belo Horizonte, através de Goiânia, Uberlândia e Araxá, ficava também frequentemente interrompido.

Assim, Sr. Presidente, venho pedir providências ao Sr. Ministro da Viação para que não deixe Brasília somente essa via de escoamento, mas acabe a estrada Belo Horizonte-Brasília, que passa por Uberlândia, vindo por Araxá. Trata-se de uma rodovia que serve a muitas cidades, ao escoamento da produção e também a uma grande estação de águas. No entanto, não se pode passar na Serra da Saudade. É um absurdo estafarmos aqui sujeitos, quando ocorre qualquer chuva, qualquer tromba d'água, e desaba uma ponte a ir a Belo Horizonte, fazer percursos tremendos até por São Paulo, se podemos passar por Araxá.

É o apelo que faço ao Sr. Ministro da Viação: que Sr. Ex. volte suas vistas para o problema das comunicações da Capital do Brasil com a Capital de Minas Gerais. (Muito bem).

O SR. MOURA SANTOS:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o dever de ler ao conhecimento desta Casa o prematuro falecimento do ex-Suplente de Senador, pelo Piauí, José de Mendonça Clark, ocorrido no Rio de Janeiro, sexta-feira próxima passada.

Desaparecido aos 46 anos de idade, José de Mendonça Clark prestou ao Piauí grandes e assinalados serviços, não só no campo de suas atividades comerciais, como, principalmente, durante a sua rápida passagem pela vida pública, nas várias vezes em que esteve no exercício da cadeira por ocasião de licença do Senador León das Melo. Os

ânalis daquela alta Casa do Congresso são testemunhas do brilhante espírito público daquele eminente político ora desaparecido, pois inúmeras foram as vezes em que teve de levantar a sua voz para abordar assuntos relacionados com a vida econômico-financeira de nosso Estado. E fazendo da maneira abalusada como costumava fazê-lo, pois era um estudioso de nossos problemas, revelava um acendrado amor ao Piauí, quando profundamente imbuído verificava que a maioria das vezes aqueles seus angustiantes apelos tinham sido em vão. Era um inconformado, um verdadeiro revoltado ante o inqualificável descaço com que os poderes da República costumavam encerrar as coisas de nosso esquecido e abandonado Piauí. Em meu nome pessoal e no da bancada do Partido Social Democrático e da bancada estadual da UDN, quero expressar aqui o nosso grande pesar por esse infanteo evento, pedindo sejam transmitidas ao Governo do Piauí e à família enlutada essas nossas condolências.

Era o que desejava dizer. (O orador é abraçado.)

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI:

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias, estive em visita ao Exmo. Sr. Presidente João Goulart, nesta Capital, uma dezena de Prefeitos Municipais do Norte do Estado do Paraná, ocasião em que entregaram a Sua Excelência, um relatório sobre a erosão naquela região do Setentrião paranaense, que atinge 64 dos seus 240 municípios. O objetivo principal da Comissão de Prefeitos de meu Estado é o de conseguir a liberação das quotas a que têm direito o Estado e os Municípios no Fundo de Defesa do Café, num total de Cr\$ 2,4 bilhões. De acordo com os estudos realizados pelos técnicos, serão necessários Cr\$ 1,6 bilhões para obras definitivas em apenas 14 municípios, os mais atingidos pela erosão. Para os outros 50 municípios, serão necessárias dotações orçamentárias federal, estadual e municipal. Revelam os referidos técnicos que a solução definitiva da erosão poderá ser concretizada a curto prazo se forem obtidos os recursos reclamados. Não se pode negar que a erosão nos coloca frente a um verdadeiro caso de calamidade. A sua ação terrível atingiu avançado processo de desenvolvimento, constituindo-se em ameaça constante às populações de Paranavai, Nova Esperança, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Nova Londrina, São João do Caiá, Unuarama, Alto Paraná, Itaipu, Icaraima, Paraíso do Norte, Mandaguari, Centenário do Sul, sendo que nas demais cidades o fenômeno, embora em início, já mostra uma evolução bastante intensa, exigindo imediatas providências para se evitar que atinjam o mesmo estágio que nas outras cidades acima mencionadas.

A erosão é uma resultante da ação devastadora das águas das chuvas, em terreno onde a vegetação é quase nenhuma. As águas arrastam consigo as partes solúveis e dispersas do solo e acabam por destruí-lo, abrindo enormes sulcos que aumentam com a continuidade das chuvas. Nas regiões urbanas o problema da erosão fica agravado pelo acréscimo da área habitacional, dilatando-se os sulcos naturais que as águas das chuvas transformam em verdadeiros rios, alcançando até 30 metros de profundidade. Tudo isso é consequência danosa da destruição decorrente da matas, naquela riquíssima zona do norte do meu Estado. Não há, ve a mesma preocupação com o papel protetor das florestas situadas nas elevações, controlando as enxurradas. A erosão é o grande inimigo do solo. Uma referência, pois, a esse papel da mulher reconhecendo o importantíssimo papel de alimentadora dos mazzançais, servindo de

parantia da existência das fontes, caso contrário teremos que continuar a assistir a ação destruidora das águas pluviais que carregam consigo a fertilidade daquele rico solo paranaense, abrindo caminho para o deserto.

O mal está presente e continua sendo apontado por nós aos responsáveis pelos destinos do nosso País. Faço, nesta oportunidade, um veemente apelo ao Exmo. Sr. Ministro Antônio Balbino, responsável pela pasta de Indústria e Comércio, para que, dando solução favorável ao expediente a ele endereçado pelo Presidente João Goulart, sejam imediatamente liberadas as quotas a que têm direito o Estado do Paraná e seus Municípios no Fundo de Defesa do Café, num total de Cr\$ 2,4 bilhões, para salvarmos as populações do Setentrião paranaense de nefastas consequências maléficas, dando atendimento imediato às suas legítimas, justas e patrióticas reivindicações.

Era o que desejava dizer. (Muito bem)

O SR. OSNI REGIS:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, há pouco, o ilustre Deputado Aroldo Carvalho referiu-se a assunto ligado as Universidades de Santa Catarina e de Brasília.

Desejo retificar alguns dados apresentados pelo ilustre Deputado catarinense. Realmente, três professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina foram convidados a lecionar em Brasília, provisoriamente, pelo o Professor Agostinho da Silva, para Literatura Portuguesa; em seguida, o Professor Eudoro de Souza, catedrático de Grego. Há pouco, houve pedido também ao atual professor de História da Arte da Universidade de Santa Catarina.

Quero frisar, entre tanto, Sr. Presidente, que esses professores para cá vieram com licença do Letor e do Conselho Universitário da Universidade de Santa Catarina. E sentiram-se honrados porque professores de uma pequena Universidade, como a do nosso Estado, tiveram oportunidade de virem a lecionar na Universidade de Brasília.

Fraço, portanto, esta ressalva, entendendo que os atos que trouxeram a Universidade de Brasília esses três professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina foram praticados com consentimento da Reitoria e do Conselho Universitário da Universidade de Santa Catarina que repito, se sentiram honrados com o fato de três de seus professores poderem lecionar na nova mas já modelar Universidade de Brasília.

Eram as explicações que eu queria dar à Casa. (Muito bem)

O SR. OTÁVIO BRIZZOLA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa trouxe há poucos dias, amplo noticiário sobre a instalação, na Capital do Estado de São Paulo, da Aliança Brasileira para o Progresso. Trata-se de iniciativa que terá, necessariamente, as maiores repercussões na economia da Nação. A terra bandeiranteira, ainda uma vez, mostrou seu espírito de brasilidade, reafirmou o propósito, que tem desenvolvido em todos os momentos há vários de sua existência democrática, de levar sua potencialidade econômica às outras Unidades da Federação.

Assumindo, por, em São Paulo, o papel de Brasil, a querer bem a todos os brasileiros. Por isso, nesse caso, e nessa alma estão constantemente abertos para fazer chegar a todos os pontos do nosso território aquilo de nós dependa para a prosperidade e a grandeza da Nação.

A Aliança Brasileira para o Progresso está fundamentada na iniciativa particular. A indústria, o comer-

cio, a agricultura, os estabelecimentos bancários de São Paulo se unem, se ligam, para, num gesto de fortalecimento econômico, poderem levar, não só o financiamento, como também a técnica aos Estados do Norte, no sentido de fomentar, de incrementar, de aumentar o desenvolvimento daquelas unidades da Federação menos favorecidas do que o Estado de São Paulo.

Nós, os paulistas, nos sentimos felizes por este gesto do Governo de São Paulo, porque, através da nossa indústria, através do nosso comércio, através da nossa agricultura, poderemos levar um pouco dos nossos recursos, um pouco da nossa técnica para o progresso, para o engrandecimento e para riqueza de outros Estados da Federação.

Sr. Presidente, requiro um voto de congratulações ao Governo de São Paulo, às classes produtoras de São Paulo, por essa grande iniciativa, por essa nobre iniciativa, que vai criar, não há dúvida alguma, mais um fator e um elemento de grande prosperidade para a Nação brasileira. (Muito bem)

O SR. BENEDITO CERQUEIRA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 3 proximo passado, foi assinada a Portaria número 125 pelo Ministro Almino Afonso, revogando uma outra de 1953, que proibia as organizações sindicais entre si formarem intersindicais com nomes diversos, como Conselhos, Comandos, etc.

Esta Portaria, por inócua e por inconstitucional, não foi por certo adotada pelo Movimento Sindical Brasileiro, nem pelos empregados, nem pelos empregadores. Ambas as organizações sindicais de empregados e de empregadores passaram a organizar as suas intersindicais, com entendimentos muitos entre as várias organizações em defesa dos seus interesses. Os empregadores tiveram as Associações Comerciais e o Conclap, órgão que, além de intérprete de classe para as reivindicações naturais, tem também caráter político. Disto tivemos prova nas últimas eleições presidenciais, quando levou à consideração dos três candidatos a presidência da República um longo questionário de ação política.

Entretanto, Sr. Presidente e Senhores Deputados, a Portaria do Senhor Ministro Almino Afonso, a quem quero nesta oportunidade felicitar, foi acurpada por grande parte da imprensa a qual declarou que ela viria apenas para oficializar o CBT, ou seja, o Comando-Geral dos Trabalhadores.

Ora, Sr. Presidente, esse organismo que surgiu para defender a legislação no Brasil, para defender o País de golpes de Estado e de ditaduras e para reivindicar para Casa e de outros órgãos do poder público melhorias para os trabalhadores, não poderia agora ser legalizado quando já está vivendo há algum tempo.

O que a Portaria fez foi apenas corrigir um erro que o Ministro Alencastro Guimarães praticou em 1953.

Por outro lado, não se pode negar aos trabalhadores brasileiros e direito de se organizarem, há, em comissões e assembleias, na sua Confederação-Geral.

Porém, (sem ter grandes hábeis, poderes de defender seus interesses, tudo o mais que se fez em ano de formação do Comando-Geral dos Trabalhadores foi extirpado. Não vimos, quando os senhores, em qualquer oportunidade, que uma crítica ou denúncia contra o CBT, ou contra os comitês e comissões operárias, não fosse contra estas entidades. Todos têm direito a vida, e os trabalhadores e as entidades sindicais não interferam o Comando-Geral dos Trabalhadores também o detestam ter, portanto, temos assim, que dentro em breve possamos considerar esse